

Aulas de Geografia desejando conhecer o lugar para pensar sobre o espaço

Antonio Carlos Moreira*

Resumo

As aulas de Geografia, dependendo do enfoque filosófico e dos procedimentos metodológicos, podem se transformar em possibilidades para que o estudante consiga pensar sobre o espaço. O processo de ensino e de aprendizagem que ocorre com o exercício da pesquisa permite o conhecimento da realidade geográfica e, por conseguinte, do entendimento das manifestações socioespaciais. A realidade socioespacial apresenta uma dinamicidade de relações sociais e socioambientais que precisam ser percebidas pelos professores e estudantes de Geografia. Nesse sentido, o estudo a partir do lugar, sem desvinculá-lo do global, poderá ser o início da caminhada para a compreensão das diferentes dimensões presentes no espaço geográfico.

Palavras-chave: Geografia. Ensino. Aprendizagem. Identidade humana.

1 INTRODUÇÃO

Nós, professores de Geografia, muitas vezes, despendemos uma enorme quantidade de energia física e psicológica para o exercício pedagógico, se levarmos em consideração o real retorno alcançado em termos de obtenção de resultados de aprendizagem geográfica. Caso não haja sólida fundamentação teórica com pressupostos filosóficos que orientem as ações de cada professor para vincular os objetivos propostos, os conteúdos estudados, os procedimentos

* Professor de Geografia na Universidade do Oeste de Santa Catarina – Unoesc Campus de São Miguel do Oeste e doutorando em Geografia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Ufrgs Campus de Viamão (RS); Rua Oiapoc, 211, Bairro Agostini, São Miguel do Oeste, SC; CEP 89900-000; telefone 493631-1000; moreira@unoescsmo.edu.br

metodológicos, a realidade cultural, social e econômica dos estudantes com um livre pensar do aluno sobre o espaço, o esforço executado para planejar as aulas pode ser inútil.

2 EU, TU, ELE, NÓS TODOS, CONSTANTEMENTE APRENDENDO A APREENDER A GEOGRAFIA

Gostaríamos de convidar os professores e demais interessados, sedentos em analisar e discutir as possibilidades pedagógicas em aulas de Geografia para que juntos possamos contribuir com o processo de ensino e de aprendizagem com compromisso social.

O ensino de Geografia no Brasil, em especial no Sul, tem se qualificado muito nos últimos anos, mas ainda, em muitos lugares escolares, continua se reforçando a ideologia do produzir e do consumir em larga escala.

O cotidiano das pessoas está circundado de uma quantidade complexa de relações, entre as quais, as pedagógicas. Essas relações, muitas vezes, são guiadas pelo desejo de poder, e sem perceber passamos a executá-las com práticas de apropriação e de dominação, em desrespeito ao livre pensar do estudante. Aliás, em muitas aulas, o exercício pedagógico de Geografia ocorre numa espécie de negociação, em que o professor troca com o aluno conhecimentos geográficos por uma nota (0 a 10) ou conceito (A, B, C, D), mais a presença corporal, esta somada à obediência dos sinais disciplinatórios e da realização dos trabalhos (atividades pedagógicas), além da adaptação do novo homem às normas sociais.

Para Paulo Freire (1996, p. 77):

A nossa capacidade de aprender, de que decorre a de ensinar, sugere ou, mais do que isso, implica a nossa habilidade de *apreender* a substantividade do objeto aprendido. A memorização mecânica do perfil do objeto não é aprendizado verdadeiro do objeto ou do conteúdo. Neste caso, o aprendiz funciona muito mais como *paciente* da transferência do objeto ou do conteúdo do que como sujeito crítico, epistemologicamente curioso, que constrói o conhecimento do objeto ou participa de sua construção. É precisamente por causa desta

habilidade de *apreender* a substantividade do objeto que nos é possível reconstruir um mal aprendido, o em que o aprendiz foi puro paciente da transferência do conhecimento feita pelo educador.

Nesse sentido, faz-se necessário superar os projetos de formação de professor, detentor do conhecimento geográfico, que apenas repassa as informações ou os inúmeros conhecimentos, e o aluno, objetivamente, recebe-os. Caso contrário, as relações pedagógicas continuarão ocorrendo de acordo com os preceitos do mercado, em que o conteúdo é a mercadoria, e o aluno, cliente que adquire a mercadoria (conteúdo). Assim, tem-se a impressão que o compromisso de uma livre aprendizagem geográfica está ausente, nessas circunstâncias. “A Geografia tem escrito muito na perspectiva econômica [...] O poder político pouco está contemplado normalmente e a dimensão cultural é raramente trabalhada. A escola tem o desafio de ler e escrever mais na perspectiva do diálogo entre as diferentes áreas [...]” (KAERCHER, 2004, p. 70), valorizando as noções espaciais como um todo e para além do econômico.

A partir de pesquisas de opinião realizadas com estudantes, professores de Geografia e membros da sociedade civil, para melhor conhecer a realidade da Geografia e o significado de seu ensino, inúmeras respostas com afirmações diversificadas, referentes à Geografia foram identificadas. Estudantes do ensino fundamental e médio demonstraram pouca consideração pelas aulas de Geografia, sem muito interesse por essa área do conhecimento; um número maior considerou a Geografia insignificativa e poucos afirmaram que esta contribui para a formação humana.

Callai (1999, p. 30), ao analisar os escritos de Rousseau referentes à educação de Emílio, vinculando o pensamento desse pensador com a realidade do ensino de Geografia no Brasil, afirma que:

A cabeça das crianças é ocupada com uma série de informações que muito pouco ou nada lhe dizem. A criança não precisa estudar em livros. Tudo o que ela vê, tudo o que ouve e a impressiona ela guarda e recorda. Emílio nunca deverá aprender nada de cor. Ele deverá aprender o que lhe seja útil para viver a sua infância com felicidade; e que lhe permita iluminar a sua vida, um dia, acerca dos seus deveres. Acima de tudo a criança não deve ser obrigada a aprender qualquer coisa que seja. Ela deve ter o desejo de aprender. É isto o fundamental: tendo o desejo qualquer método será útil, não são necessários todos os acessórios que se têm criado para que ela aprenda.

Enquanto isso, os professores de Geografia, ou parcela deles, apontam mais dificuldades do que possibilidades para o exercício do processo de ensino e aprendizagem. Muitos repassam a responsabilidade ao aluno e a outros fatores alheios à sua vontade. Nesse sentido, Kaercher (2004, p. 74) sugere que o papel do educador ultrapasse o de apontar dificuldades pedagógicas e afirma que:

Ser educador, fazer ciência implica fazer relações entre escola e vida, entre a sua área e as outras, mostrando um mundo mais real, ligado, orgânico numa visão que supera o irreal mundo por nós construído-modelo vigente ainda em muitos livros didáticos - na tradicional concepção natureza (clima, relevo, vegetação, hidrografia, mineralogia), população (dados estatísticos, médias uniformizantes) e economia (extrativismo mineral, vegetal, agropecuária, indústria, comércio, transportes).

A sociedade, em geral, avalia que a existência ou não de aulas de Geografia pouca diferença faria, com a justificativa de que essa disciplina ainda continua descrevendo paisagens e identificando dados desconexos à realidade das pessoas. Além disso, muitas informações geográficas repassadas na escola podem ser adquiridas por meio dos meios de comunicação, principalmente da televisão.

O Estado, vinculado aos interesses do grande capital, concorda com a Geografia da informação e da memorização, pois o planejamento territorial pensado e projetado para a acumulação e apropriação jamais deseja que as pessoas possam perceber a realidade socioespacial. Muitas universidades ou departamentos de Geografia, no Brasil, caminham na mesma direção daqueles administradores públicos comprometidos com os objetivos do capital e preferem prestar serviço de planejamento por intermédio de assessorias puramente técnicas, voltadas ao econômico e descompromissadas com a qualidade de vida da maioria da população. Nesse sentido, a Geografia presta serviço, com exclusividade, à produção e ao consumo em larga escala, pois busca identificar e conhecer os elementos da natureza demarcados como recursos naturais, intencionando explorá-los economicamente.

A Geografia no Brasil, ou parte dela, desde 1940, foi se construindo de acordo com o pensamento hegemônico presente na sociedade e, por muito tempo, serviu aos interesses do Estado, comprometido com o grande capital. Tinha a função de descrever os elementos naturais presentes em cada região brasileira

que, em seguida, transformavam-se em programas de ensino de Geografia. Posteriormente, com a urbanização, além dos aspectos físicos e naturais, os aspectos econômicos e sociais passaram a ser contemplados nas grades curriculares, porém estudados individualmente e sem contextualização. Segundo Claval (1999, p. 79):

[...] quando nos limitamos a esses dados puramente materiais, o jogo de interações e o conjunto de transferências de informações que modelam, em mesmo movimento, os homens e as sociedades que eles formam, nos escapam completamente: a explicação fica enfraquecida e, mais ainda, fica enfraquecido o conjunto das experiências que contribuem para forjar os caracteres, para provocar questionamentos ou para criar solidariedades ou ligações simbólicas. A Geografia deixará de esclarecer verdadeiramente os fenômenos sociais caso permaneça construída como uma história natural do mundo e de suas divisões regionais.

A Geografia escolar, nos moldes do IBGE, assemelha-se, de certa maneira, à Geografia de Ratzel e de La Blache do século XIX, qual seja, identificar elementos da natureza e da sociedade, descrevê-los para, posteriormente, serem introduzidos no cotidiano escolar. A Geografia projetada pelo governo brasileiro, a partir da “era getulina”, passou a ser introduzida nos currículos escolares, presente até o momento, com poucas modificações, apenas alteraram-se as condições tecnológicas, mas o método (modo de pensar) ainda reproduz, e muito, os interesses do capital.

A partir da década de 70, do século XX, contrariando a Geografia do faz-de-conta, formou-se uma equipe de educadores e pesquisadores comprometidos com a realidade geográfica brasileira, percebendo que a Geografia necessitava de um posicionamento filosófico que fornecesse fundamento para entender o espaço. Caminhando com o foco sugerido por Claval (1999, p. 81), ao propor que a Geografia procure compreender o espaço dos homens e das mulheres, “[...] isso passa pela evocação das condições do crescimento das crianças, da formação que elas recebem. Queremos saber como as pessoas concebem sua alimentação e como tratam seu corpo.” Pensar o espaço passou a ser o método daqueles geógrafos que de seus olhos arrancaram as vendas, até então embaçados pelas informações equivocadas e distorcidas referentes à realidade socioespacial.

3 MEU LUGAR ERA ASSIM? COMO SERÁ O MEU LUGAR? O ESTUDO DA GEOGRAFIA A PARTIR DO LUGAR PERMITE QUE SE PENSE SOBRE O ESPAÇO

Atualmente existe uma quantidade teórico/filosófica construída por pensadores da realidade socioespacial, disponível ao acesso do professor de Geografia, podendo colaborar para a aprendizagem do real significado da Geografia. A exemplo disso, torna-se oportuno registrar o que pensa Suertegaray (2004, p. 195) a respeito do significado do objeto de análise da Geografia.

Entende-se por espaço geográfico a materialização das práticas humanas sobre a superfície da terra (no sentido amplo). Trata-se de refletir sobre a produção do espaço na sua relação complexa e contraditória entre as práticas humanas que decorrem de seu modo de produzir, de sua forma de organizar socialmente e da construção da sua cultura.

O professor de Geografia, que cotidianamente convive com um número elevado de seres humanos, não possui o direito de impedir que seus alunos aprendam a aprender livremente.

O professor que desrespeita a curiosidade do educando, o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, mais precisamente, a sua sintaxe e sua prosódia; o professor que ironiza o aluno, que minimiza, que manda que “ele se ponha em seu lugar” ao mais tênue sinal de sua rebeldia legítima, tanto quanto o professor que se exime do cumprimento de seu dever de propor limites à liberdade do aluno, que se furta ao dever de ensinar, de estar respeitosamente presente à experiência formadora do educando, transgredir os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência. É neste sentido que o professor autoritário, que por isso mesmo afoga a liberdade do educando, amesquinhando o seu direito de estar sendo curioso e inquieto. (FREIRE, 1996, p. 66-67).

As aulas de Geografia podem se realizar com ações que permitam perceber a realidade geográfica do nosso entorno, vinculando-a ao contexto temporal/espacial, facilitando, dessa maneira, o exercício pedagógico.

Ainda é possível “[...] promover pelo ensino da Geografia uma educação para a ação, posto que temos em nosso modo de ser, esta dimensão latente. Com [...] a necessidade de construir com o aluno uma compreensão do lugar e do mundo e do seu lugar no mundo.” (SUERTEGARAY, 2004, p. 200). Para isso, torna-se necessário superar o pessimismo pedagógico ainda presente em muitas mentes de professores de Geografia, com direcionamento focado por objetivos e desejos de querer aprender a apreender. As aulas de Geografia podem se transformar num espaço de diálogo para que a criança, o adolescente e o jovem com as demais pessoas do ambiente escolar se sensibilizem a pensar livremente sobre e com o espaço geográfico.

O ensino de Geografia depende muito da formação filosófica do professor, ou seja, o que pensa, como pensa e por que assim pensa. Muitos professores de Geografia esforçam-se para o exercício pedagógico, porém a energia gasta para esse fim mais colabora com o reforço da reprodução de conhecimentos produzidos do que libertar mentes para pensar livremente.

Se conseguirmos construir com os alunos (e não é apenas mostrar, falar, “catequizar”) a idéia de que espaço não é (só) sinônimo de física (=espaço sideral), de matemática (a sala mede 4m por 8m), mas sim sinônimo de território, espaço geográfico, local onde ele vive, anda, enxerga, toca, estaremos trazendo a geografia para o mundo dele, tirando-a dos livros didáticos e do quadro-verde, dois entes tão distantes (afetivamente falando). Se mostrarmos que esse espaço está impregnado de sua ação, que fazemos Geografia no nosso dia-a-dia, através do trabalho, que é a constante relação sociedade natureza, então teremos mais chance de realizar um diálogo real entre professores e aluno. (KAERCHER, 2004, p. 90).

Em outras palavras, muitas aulas de Geografia servem para disseminar com exclusividade o pensamento moderno construído com interesses, em que se valorizam o quantitativo, o lógico e o racional. Pensamento esse que separa a mente do corpo humano e preferencia o exercício da memorização, com a introjeção de conhecimentos elaborados e tidos como verdadeiros em sobreposição ao saber que cada ser humano possui e outros que consegue construir espontaneamente. Agindo dessa maneira, o professor de Geografia poderá superar a idéia de possuidor (dono) do conhecimento, e o aluno, muitas vezes, transformado num espectador de espetáculos que poderá acontecer na sala de aula, mero receptor.

Na tentativa de considerar o ato educativo articulado com as possibilidades de aprendizagem, vinculado às inúmeras capacidades de aprender presentes entre os alunos, Morin (2005, p. 39) contribui com o seu modo de pensar ao afirmar que:

A consciência é a mais extraordinária emergência da mente humana. Produto/produtora de uma atividade reflexiva do espírito sobre si mesmo, sobre as suas idéias, sobre os seus pensamentos, a consciência se confunde com essa reflexividade ativa. O indivíduo humano pode dispor da consciência de si, capacidade de se considerar como objeto sem deixar de ser sujeito. O pleno desenvolvimento do pensamento comporta a sua própria reflexividade: a consciência pode atuar sobre o ser humano refletindo sobre si mesmo, ou atuar sobre o próprio conhecimento, tornando-se conhecimento do conhecimento.

As aulas de Geografia poderiam ocorrer com a “queda das paredes” da sala de aula sem que o teto caísse. Essa parece ser uma linguagem figurada, mas compreensível, caso o professor consiga superar o conteudismo e se preocupar, antes, com os objetivos nas aulas de Geografia, vinculando o processo de ensino e de aprendizagem com a realidade socioespacial. Pode-se desenvolver o exercício pedagógico a partir do entorno do aluno, respeitando o saber geográfico deste, apreendido fora da sala de aula, por meio do contato com a natureza e do convívio com a sociedade.

Quando o professor define seus objetivos, estrutura os conteúdos, conceitos e conhece os seus alunos, fica mais fácil perceber e criar condições para que ocorra de fato a aprendizagem significativa. [...] consideramos que a aula tem uma função relevante, pois é o momento no qual se pode organizar o conhecimento e o pensamento do aluno, a partir de atividade de aprendizagem. Contudo, nem todas as ações docentes garantem uma aprendizagem suficientemente construtivista para todos, contudo, não esquecendo que cada aluno tem seu processo interior que pode ser estimulado quando mediado pelo professor e por seus pares. (CASTELLAR, 2005, p. 48).

A Geografia é uma área do conhecimento que reúne condições favoráveis para o exercício pedagógico com possibilidades de aprender a ler e a escrever sobre o espaço.

Estar alfabetizado em Geografia significa relacionar espaço com natureza, espaço com sociedade, isto é, perceber os aspectos econômicos, políticos e culturais, entre outros, do mundo em que vivemos. Ler e escrever em Geografia, é ler o mundo de maneira em que o aluno saiba situar-se (e não só localizar-se e descrever) e posicionar-se. Que assuma um posicionamento crítico com relação as desigualdades socioespaciais. (KAERCHER, 2004, p. 83).

Antes de tudo, o professor de Geografia necessita saber Geografia. O que se verifica, em muitas aulas dessa área do conhecimento, é uma preocupação demasiada com a lista de conteúdos prescrita no livro didático de Geografia. Na maioria das vezes, os conteúdos são repassados ao aluno de acordo com a visão do autor do livro didático, sem questionamentos, indagações ou análises mais aprofundadas. Salvo alguns equívocos, a ideologia subjacente aos conteúdos do livro didático de Geografia, no Brasil, colabora significativamente com a formação de um pensamento voltado à adaptação do aluno à sociedade de produção e de consumo. O professor desassossegado poderá transformar os registros presentes nos livros didáticos em dados que podem ser analisados, contextualizados e compreendidos também pelos estudantes de Geografia.

Apontar possibilidades para pensar sobre o espaço em aulas de Geografia poderia ser um dos principais motivos do professor, avançando para além do professor palavras descompromissadas com a aprendizagem geográfica. Assim, estaríamos atuando como educadores, desenvolvendo as aulas de Geografia com práticas metodológicas nas quais o estudante possa se expressar para manifestar o entendimento referente ao espaço. Externalizar, independente da faixa etária ou experiência de vida, o sentimento de espaço que se encontra em cada ser, em direção a um maior aprofundamento de compreensibilidade da realidade socioespacial.

A Geografia deve ser assim ensinada: observar no horizonte o Sol se pondo, identificando o lugar do crepúsculo. No outro dia voltar ao mesmo lugar antes que o Sol se levante e observar a magia do nascer do Sol, iluminando tudo o que existe. De nada adianta o mestre comunicar ao aluno o entusiasmo que sente na observação desse fenômeno. Deve deixar à criança que experimente as observações, que perceba os objetos, embora não consiga ainda perceber as relações

que os unem. É preciso que vá compreendendo, sem discursos (que ela não consegue entender), sem descrições, sem figuras nem poesia. Com o tempo, com a educação que vem lhe sendo dada, acostumada a tirar todos os seus instrumentos de si mesma sem recorrer a ninguém, a curiosidade vai aumentando. (CALLAI, 1999, p. 33-34).

Ao assumir o compromisso de aprendizagem, amplia-se o desafio do educador, pois, além de conhecer o espaço e entender as manifestações socioespaciais imbricadas de relações sociais e sionaturais, requer que se respeite a faixa etária e a experiência, a situação econômica e cultural de cada estudante. Necessita, também, dinamizar o processo pedagógico com aulas significativas e motivantes, analisar os valores humanos construídos pela sociedade de consumo, presentes entre as pessoas na atualidade e apontar outros que despertem o estímulo para a formação de seres cidadãos.

O espírito humano se abre ao mundo. A abertura ao mundo revela-se pela curiosidade, pelo questionamento, pela exploração, pela investigação, pela paixão de conhecer. Manifesta-se pela estética, pela emoção, pela sensibilidade, pelo encantamento diante do nascer e do pôr-do-sol, da lua, da avalanche das ondas, das nuvens, das montanhas, dos abismos, da beleza dos enfeites naturais dos animais, do canto dos pássaros; e essas emoções vivas estimularão a cantar, desenhar, pintar. (MORIN, 2005, p. 40).

O estudo do lugar pode ser o ponto de partida para a compreensão do espaço geográfico, sem perder de vista o vínculo existente entre o local e o contexto nacional e global. “Pensado desta forma, o espaço geográfico constitui uma totalidade impossível de ser contemplada analiticamente. Não devemos esquecer, a título de exemplo, de outros como domínio, paisagem, região, território, geossistemas, redes, lugar [...]” (SUERTEGARAY, 2004, p. 195), permitindo que cada conceito se torne uma leitura diferenciada e complementar, porém vinculada ao espaço geográfico.

Contextualizar significa entender o local como parte integrante de um espaço como um todo e que apresenta manifestações de fenômenos variados, dinamizadas por forças endógenas e exógenas, livres e espontâneas, mas também coercitivas e direcionadas por interesses estranhos às necessidades do lugar.

4 APRENDER A PENSAR SOBRE O ESPAÇO EM AULAS DE GEOGRAFIA EM COLABORAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL

O território também pode ser uma dimensão espacial a ser entendida, desde que o professor/pesquisador realize suas análises para o entendimento das dimensões territoriais. Além da divisão político-administrativa, o território apresenta características físicas e naturais com especificidades: climáticas, composição química, biológica, hidrológica, geológica, geomorfológica, bem como as dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais.

O território apresenta uma base estruturada por elementos da natureza com interações e interdependências harmônicas, como exemplo, a flora, a fauna e o solo dependem do clima, do ar, da água, dos minerais e outros. Os elementos da natureza são necessários para a existência do ser humano, porém os defensores dos princípios das relações capitalistas vislumbram os elementos da natureza como recurso natural, que podem ser explorados para acumular capital. Ao pensar em acúmulo, os detentores do capital apropriam-se dos elementos da natureza, explorando-os e transformando-os em riqueza. Desde a exploração primária até o consumo do produto, utiliza-se alta tecnologia, em que não são considerados os meios, somente os fins, intencionando a obtenção de alta rentabilidade em menor tempo possível.

A exemplo dos elementos da natureza, que significam recursos a serem apropriados, para o capitalista os outros homens também são vistos com o olhar de apropriação. As relações sociais capitalistas que permeiam entre os seres humanos ocorrem com a dominação de alguns sobre os demais, intermediadas pelo exercício de poder (ideológico, político, energético e outros). Essa é uma parte da realidade, porém a sociedade se move com diversificadas e complexas formas de relações sociais e sicionaturais, condicionadas na atualidade por significativos recursos tecnológicos de comunicação, constituídos e organizados em redes. Dessa maneira é que se constrói e reconstrói o espaço geográfico.

A dimensão cultural permite que se compreenda o espaço a partir da análise do território que, por sua vez, é constituído por outras manifestações sociais, resistentes às práticas de poder de apropriação, econômica, política, de

pensamento, sentimentos e outros. Nos últimos anos, a Geografia está incluindo em suas análises geográficas a dimensão cultural, entendida para além de seus aspectos materiais, o que permite ampliar as possibilidades que auxiliam para a compreensão socioespacial.

A cultura é, repitamos, constituída pelo conjunto de hábitos, costumes, práticas, *savoir-faire*, saberes, normas, interditos, estratégias, crenças, idéias, valores, mitos, que se perpetua de geração em geração, reproduz-se em cada indivíduo, gera e regenera a complexidade social. A cultura acumula o que é conservado, transmitido, aprendido e comporta vários princípios de aquisição e programas de ação. O primeiro capital humano é a cultura. O ser humano, sem ela, seria um primata de baixo escalão. (MORIN, 2005, p. 35).

Nas análises, para o professor e o estudante de Geografia, o espaço em sua plenitude representa a totalidade para a compreensão das manifestações espaciais arraigadas por relações sociais e socionaturais. O espaço existe como pano de fundo, mas pode ser entendido a partir de particularidades territoriais. Nesse sentido, a paisagem pode ser compreendida como uma parte do todo, em que apresenta uma objetividade, mas compõe-se também de subjetividades. O desvendamento da realidade paisagística vai além de um simples olhar objetivo e superficial, pois a paisagem existe mediante uma construção espacial e temporal. O imediato apenas aparenta e nem sempre é possível torná-lo evidente à primeira vista, por isso o pesquisador necessita de análises para além do visível, pois é no imperceptível a “olho nú” que a existência pode ser evidenciada.

O professor de Geografia que se guia apenas pelo *professer* (do francês: professar, declarar ou enunciar palavras), desconexas da realidade sociocultural e psicológica do aluno e sem o compromisso de aprendizagem, corre sério risco de jogar palavras ao vento. Inúmeras são as possibilidades para a prática pedagógica em Geografia, mas uma delas é imprescindível para o processo de ensino e de aprendizagem, qual seja, a pesquisa geográfica.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. [...] Enquanto ensino continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso

para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade. Pensar certo, em termos críticos, é uma exigência que os momentos do ciclo gnosiológico vão pondo à curiosidade que, tornando-se mais e mais metodicamente rigorosa, transita da ingenuidade para o que venho chamando “curiosidade epistemológica”. A curiosidade ingênua de que resulta indiscutivelmente num certo saber, não importa que metodicamente desrigoroso, é a que caracteriza o senso comum. O saber de pura experiência feito. Pensar certo, do ponto de vista do professor, tanto implica o respeito ao senso comum no processo de sua necessária superação quanto o respeito e o estímulo à capacidade criadora do educando. (FREIRE, 1996, p. 32).

A pesquisa contribui com o estudante para despertar o sentido da curiosidade e da espontaneidade, desejo presente entre as crianças até a primeira infância, que poderia ser reconduzido entre os estudantes de Geografia. Muitos foram se desinteressando por novas descobertas e pela busca do conhecimento em função das investidas provocadas pelos diferentes meios de educação e informação.

Nesse sentido, com o estudo para o desvendamento da realidade geográfica, a partir do lugar, as aulas de Geografia podem contribuir para um amadurecimento de identidade e de apego ao lugar, muito instável na atualidade para as maiorias.

Se o aluno entender o espaço onde habita, isso é uma forma de entender o mundo onde habita, o seu cotidiano e as pessoas que ali habitam. Os espaços são “as pegadas”, registros “fósseis” que cada pessoa/sociedade deixa ao longo de sua vida. Prédios, estradas, plantações, fábricas, máquinas e quaisquer outras obras humanas podem ser analisadas com a relação sociedade-natureza da qual trata a Geografia. Enfim, dando mais atenção às paisagens e aos territórios por nós habitados. (KAERCHER, 2004, p. 82).

A pesquisa certamente contribuirá para melhor compreender a realidade socioespacial, na perspectiva de se pensar sobre a Geografia do futuro. Um dos principais direitos do cidadão é ter um lugar para morar, mas fica alheio aos sentidos na maioria da população quando se pensa que o espaço é apenas direito de alguns.

Quando se afirma que é possível pensar sobre o espaço em aulas de Geografia, cabe salientar que a aprendizagem requer um fazer e um refazer pedagógico que contribuam com o estudante para vivenciar a experiência de aprendiz, por meio de momentos variados e seqüenciados, ascendentemente, ao entendimento do espaço geográfico. As aulas de Geografia, respeitando a criatividade e a liberdade de cada professor/educador, poderiam se guiar a partir de algumas sugestões de propósitos de aprendizagem a serem apresentadas, analisadas e discutidas.

As sugestões propostas passam a se transformar em objetivos para a preparação de caminhadas e de práticas pedagógicas, com destaque ao observar, descrever, identificar, caracterizar, conhecer, analisar, entender, concluir, refletir, posicionar-se, pensar e projetar, sugerir e apontar proposições.

Após a seleção da paisagem geográfica a ser analisada em conjunto entre o professor/educador e o estudante de Geografia, passa-se a observar e registrar o aparente da paisagem, ou seja, a objetividade desta. Concomitante à descrição, torna-se possível realizar a identificação e a caracterização, mas ainda não é suficiente para o conhecimento total da paisagem. Conhecer a paisagem geográfica exige uma pesquisa mais aprofundada, levando em consideração que se trata de resultados de ações da sociedade sobre a natureza, num determinado tempo.

Para conhecer além do aparente, os investigadores geográficos necessitam levantar e apurar os dados da realidade natural e social, em acompanhamento também das culturas que construíram as trajetórias históricas do lugar. Como se constituía o ecossistema é um questionamento inevitável a ser respondido, e a resposta poderá ser encontrada com averiguações nos registros em museus e outros. Outra fonte de informação encontra-se no resgate da história das pessoas que acompanharam a transformação da paisagem geográfica e guardam na memória muitas informações úteis ao pesquisador.

A realidade geográfica, independentemente de escala, está vinculada a um contexto temporal e espacial que, para adquirir seu conhecimento, necessita ser analisada com bastante criteriosidade. As análises contribuem para a percepção do lugar como resultado de ações realizadas pela população local, mas muitas vezes pensadas distante do lugar e carregadas de intencionalidades espoliadoras. Ao analisar a realidade a partir de causas e intenções criam-se possibilidades para com-

parações de dados dos aspectos físicos e naturais, econômicos, sociais, culturais, políticos e outros entre um lugar e outro do próprio país, entre o lugar e o global.

Tanto o professor quanto o estudante de Geografia, com a pesquisa, poderão aprofundar seus entendimentos mediante a realidade socioespacial local, num primeiro instante, para na seqüência analisar outras, com semelhanças e diferenças daquela já analisada. A caminhada pedagógica em Geografia, ao respeitar a aprendizagem com liberdade, certamente se constituirá com diálogos constantes para o entendimento e, além disso, permitirá que o estudante possa concluir e refletir referente à realidade socioespacial que se apresenta. Ao contrário da geografia da memorização, a conclusão significa que o estudante se elevou na escala da aprendizagem facilitando, dessa maneira, uma reflexão entre o passado e o presente, entre o próximo e o distante.

O entendimento das diferentes dimensões presentes na realidade socioespacial contribuirá para que o estudante se posicione mediante determinada realidade e estabeleça sua opinião, com possibilidades de aceitar ou de se indignar. Isso pode colaborar para o exercício do pensar a Geografia do futuro, ou seja, projetar o futuro com possibilidades de garantir um espaço para todos.

Pensar sobre o espaço vai além de sobrepor-se a ele para desenvolver qualquer forma de pensamento; pensar sobre o espaço significa conhecer o espaço com toda sua dimensionalidade, é perceber a natureza como extensão do homem e o homem um ser natural e cultural. Pensar sobre o espaço é perceber os elementos que se manifestam e as intencionalidades de uso que permeiam as relações sociais e socionaturais. Pensar sobre o espaço é projetar o futuro sem desigualdade, sem apropriação, nem desapropriação, com desejos, mas sem relações de poder. Pensar o espaço com criatividade, com estética e com ética, menos mercadoria e mais sabedoria, menos destruição e mais construção, de valores humanos voltados ao convívio social e socionatural, com respeitabilidade com os outros homens e os aspectos físicos e naturais.

A construção da identidade humana, em parte, está vinculada ao pensar sobre o espaço, pois a projeção do futuro exige, primeiramente, que nós conheçamos o espaço do lugar ao qual desejamos pertencer. O ser humano necessita de um espaço para viver e, a partir do momento que se sentir pertencente ao lugar, certamente desenvolverá projetos com ações que lhe assegurem um belo lugar, em que possa se identificar.

Classes of Geography wanting to know the place to think about the space

Abstract

The classes of Geography, depending on the philosophical focus and of the methodological procedures, can become possibilities so that the student gets to think about the space. The process of teaching and learning that happens with the exercise of the research allows the knowledge of the geographical reality and, consequently, the understanding of the sociospatial manifestations. The sociospatial reality presents a dynamicity of social relationships and socationals that need to be noticed by the teachers and students of Geography. In this sense, the study starting from the place, without divesting it of the global, it can be the beginning of the walk for the understanding of the different present dimensions in the geographical space.

Keywords: Geography. Teaching. Learning. Human identity.

REFERÊNCIAS

CALLAI, Helena Copetti. **O Espaço e a Geografia na Obra de Rousseau O “Emílio”**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999. (Coleção Livros de Bolso).

CASTELLAR, Sônia. A psicologia genética e a aprendizagem no ensino de Geografia. In: CASTELLAR, Sônia (Org.). **Educação Geográfica: teorias e práticas docentes**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 38-50.

CLAVAL, Paul. A Geografia cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1999. p. 59-97.

_____. **A geografia cultural**. Tradução Luíz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 2. ed. Florianópolis: Ed. Ufsc, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção leitura).

KAERCHER, Nestor André. Ler e escrever a Geografia para dizer a sua palavra e construir o seu espaço. In: NEVES, I. C. B. et al. (Org.). **Ler e escrever**: compromisso de todas as áreas. 6. ed. Porto Alegre: Ed. Ufrgs, 2004. p. 73-85.

MORIN, Edgar. **O método 5**: a humanidade da humanidade, a identidade humana. Tradução Juremir Machado da Silva. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

SUERTEGARAY, D. M. A. Ambiência e pensamento complexo: ressignificação da Geografia. In: SILVA, A.; GALENO, A. (Org.). **Geografia**: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 181-208.

Recebido em 5 de agosto de 2007

Aceito em 11 de novembro de 2007

